

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU CIÊNCIA DA RELIGIÃO

**ESPECTROCÍDIO E BIOPODER: O APAGAMENTO DA AUTISTICIDADE NA
ORDEM NORMATIVA DOS CORPOS**

Rodrigo Vieira De Freitas (rodrigofreitaspsi@hotmail.com)

O presente trabalho propõe uma análise crítica sobre os processos de apagamento simbólico, político e epistêmico das pessoas autistas na sociedade contemporânea, tomando como chave de leitura o conceito de espectrocídio, termo cunhado pelo autor desta proposta e desenvolvido em sua dissertação de mestrado, bem como em artigo em publicação na revista Estudos de Religião da UMESP. O espectrocídio designa o conjunto de práticas sociais, discursivas e institucionais que operam o aniquilamento da legitimidade da experiência autista, promovendo a sua substituição por um ideal normativo de funcionamento, comunicação e conduta. O trabalho articula os aportes teóricos de Michel Foucault, especialmente a noção de biopoder, e os pressupostos da Teoria Crip, que questiona os regimes de normalidade e a administração disciplinar dos corpos dissidentes, para discutir como o corpo autista é controlado, patologizado e desautorizado em sua própria existência. O conceito de espectrocídio nasce da necessidade de nomear uma violência estrutural que não se restringe à exclusão física ou institucional, mas se realiza através do silenciamento da linguagem autista, da invalidação de suas formas de presença no mundo e da tutela constante de sua subjetividade. Trata-se de uma forma de aniquilação simbólica e normativa operada em nome da inclusão, da adaptação e da normalização. Ao observar os modos como

peças autistas são sistematicamente levadas a performar um comportamento funcionalmente aceitável, evidencia-se que há uma lógica de poder que ultrapassa a mera opressão individual: há um projeto político de gestão da vida que decide quais corpos merecem ser reconhecidos como dignos de existir plenamente. Nesse contexto, Michel Foucault (1979) contribui com a noção de biopoder, compreendido como a tecnologia moderna de governo que se desloca da punição do corpo para o controle da vida, disciplinando e regulando a conduta dos indivíduos a partir de normatizações que visam a produtividade, a funcionalidade e a docilidade. O corpo autista, por não corresponder aos padrões comunicacionais, sensoriais e sociais estabelecidos, é capturado por esse sistema como ameaça à ordem normativa, sendo alvo de intervenções corretivas, medicalizações, terapias de adaptação e discursos que o empurram para uma zona de invisibilidade ou sobreexposição tutelada. A Teoria Crip, desenvolvida por autores como Robert McRuer (2006), vem como aporte complementar ao deslocar a deficiência do campo da patologia e situá-la no campo da dissidência. A perspectiva Crip denuncia a lógica da normalização como um projeto político-cultural que impõe uma estética da integridade e da performance. Nesse sentido, ser autista em uma sociedade Cripfóbica é não apenas ser "diferente", mas ser deslegitimado como sujeito de saber, de fala e de verdade. Discutir criticamente como a normalização dos corpos opera o espectrocídio na contemporaneidade. Apresentar o conceito de espectrocídio como categoria analítica para compreender o biopoder sobre a vida autista. Articular o biopoder (Foucault) e a Teoria Crip (McRuer) na compreensão das formas contemporâneas de violência simbólica contra pessoas autistas. Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual, com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão crítica de literatura e produção própria, com base na dissertação de mestrado em desenvolvimento pelo autor e no artigo publicado. O trabalho adota o referencial da análise crítica do discurso, da filosofia da diferença e dos estudos críticos da deficiência, integrando perspectivas interseccionais e decoloniais. A experiência vivida enquanto pessoa autista também é incorporada como lugar epistemológico legítimo, tensionando o lugar do pesquisador na produção do saber. O espectrocídio se manifesta em diversos níveis: na linguagem clínica que reduz o autismo à disfunção; na escola que valoriza apenas a adaptação e a sociabilidade funcional; no mundo do trabalho que exige produtividade sem ruídos; nos espaços públicos que silenciam a sobrecarga sensorial; e nas relações sociais que infantilizam ou descartam o autista. Esses elementos não são desconexos: formam um sistema de

exclusão normativa sustentado por dispositivos de biopoder que governam as diferenças como anomalias a serem corrigidas. O discurso da inclusão, muitas vezes, é instrumentalizado como estratégia de controle e conformação. O sujeito autista é admitido, mas apenas se abdicar de seus modos próprios de existir. Isso gera o que se denomina inclusão perversa (Sawaia, 2014), onde o pertencimento é condicionado à anulação da diferença. O espectrocídio, nesse sentido, não é apenas social; é existencial. É uma política de morte simbólica de modos de vida que escapam à lógica da normalidade. Ao nomear e denunciar o espectrocídio, este trabalho convida à ruptura com os paradigmas de controle, adaptação forçada e tutela. Reivindica-se o direito à diferença radical, à existência legítima e plena da autisticidade, não como ruído na ordem, mas como parte constitutiva da diversidade humana. O combate ao espectrocídio exige o deslocamento epistemológico do centro normativo e o reconhecimento de saberes autistas como fundamentos para uma ética da escuta, da presença e da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

McRUER, Robert. Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability. New York:

New York University Press, 2006.

SAWAIA, Bader Burihan. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da

desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRAS, Rodrigo Vieira de; FRANCO, CLARISSA De. Espectrocídio religioso: o autismo diante da violência da cura e da pureza. No prelo.

WALKER, Nick. Neuroqueer heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic

empowerment, and postnormal possibilities. San Francisco: autonomous press, 2021.

Palavras-chave: discurso religioso; representações sociais; estigma; autismo; inclusão perversa.

